

18 DEZ 1984

# Um aliado para Tancredo na renegociação da dívida: Mitterrand.

Reali Jr., nosso correspondente em Paris.

A França está encontrando enormes dificuldades para convençer outros países industrializados, EUA e certos parceiros europeus, da necessidade de se conceber uma política útil nas relações com o Terceiro Mundo. Essa declaração foi feita pelo presidente François Mitterrand durante uma longa exposição sobre a política externa de seu país.

A "seu ver", os interesses que jogam contra os propósitos da França são ainda muito fortes. Ele está também convencido que os países ricos poderão afundar-se juntamente com os países do Terceiro Mundo, se não se convencerem da necessidade de reduzir os atuais encargos financeiros dos países mais fortemente endividados, admitindo, inclusive, a possibilidade de uma solução do tipo moratória. É preciso que os países em desenvolvimento tenham meios para aumentar sua produção, aumentando também o número de consumidores para os países do Norte.

Em seu discurso terceiromunista, o chefe de Estado francês reafirmou sua convicção de que a política externa que pretende pouco a pouco desenhar, comporta, entre seus elementos principais, uma política de desenvolvimento em relação ao Terceiro Mundo. Nada do que se faz atualmente aponta nessa direção: a desordem monetária e o preço do dólar concorrem para acabar, em poucas horas, com o esforço de um ano de inúmeros países africanos e latino-americanos.

Na Europa, além da França, apenas os países nórdicos e de certa forma, a Holanda, já entenderam que a sorte dos países ricos está intimamente ligada à do Terceiro Mundo. É por isso, acrescentou



François Mitterrand, que a França é, hoje em dia, o país mais popular, melhor compreendido e mais querido no conjunto dos países do Terceiro Mundo. Mitterrand não chega a evocar todas as glórias para si, lembrando que se trata de uma política tradicional de seu país que não foi por ele inventada, pois precedeu a sua ascensão ao poder, mas contribuiu para prosseguí-la e ampliá-la.

Pela primeira vez, um presidente de um país industrializado utiliza a palavra moratória para indicar uma solução para o problema da dívida dos países em desenvolvimento. Tal solução até aqui tem sido estigmatizada pelos bancos comerciais e mesmo pelos governos dos países desenvolvidos, surgindo como um verdadeiro pesadelo quando chega a ser aventada por setores políticos ou econômicos de países endividados. Mesmo na França, onde a posição governamental é tida como generosa, os meios financeiros combatem abertamente soluções desse tipo, apesar de admitirem com melhor boa vontade sistemas menos rígidos para que os endividados possam honrar seus compromissos, ao contrário

dos meios bancários norte-americanos, mais intransigentes.

## Aliado

O futuro presidente Tancredo Neves poderá ter no presidente Mitterrand, que já manifestou desejo de visitar o Brasil logo após a posse, um aliado importante na tentativa de buscar soluções mais flexíveis para o pagamento de nossa dívida externa. Essa é a impressão de certos setores bancários franceses que lembram que o acordo que acaba de ser firmado entre o Brasil e o FMI corre o risco de não ser totalmente aplicado, pois contraria, em parte, o programa do candidato virtualmente eleito para a Presidência da República.

Alguns dos objetivos previstos na carta de intenções, segundo certos especialistas franceses, dificilmente serão alcançados, entre eles a redução da inflação, que atingiu 230% este ano, par a apenas 120% em 1985. Se a política do Fundo for aplicada rigidamente, a recessão vai continuar, o que o governo de transição não pode aceitar. A partir do ano que vem, acredita-se que o FMI terá maiores dificuldades para impor totalmente uma política como foi o caso nos dois anos anteriores. É verdade que os objetivos do Fundo e do futuro governo são coincidentes quanto aos princípios, isto é, luta contra a inflação, contra o desequilíbrio do setor público e equilíbrio das contas externas, mas certas divergências existem em relação à forma de se atingir essas metas, buscando a nova equipe econômica melhores condições que não agravem os sacrifícios de uma população que vem sofrendo uma forte queda do poder aquisitivo nos últimos dois anos.